

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.431, DE 2009

Dispõe sobre a prescrição das multas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autor: **Deputado ANTONIO BULHÕES**

Relator: **Deputado LINCOLN PORTELA**

I – RELATÓRIO

Busca a presente proposição, Projeto de Lei nº 5.431, de 2009, estabelecer o prazo de cinco anos para a prescrição das multas administrativas previstas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em suas justificações, alega que o Superior Tribunal de Justiça – STJ – apreciando a inconformidade de quem recebeu multas administrativas baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, firmou o entendimento de que a prescrição delas somente deve ocorrer em cinco anos de sua aplicação.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuída à Comissão de Seguridade Social e Família e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a qual cabe o exame do mérito e art. 54, RICD.

Na primeira comissão de mérito, a Comissão de Seguridade Social e Família, a matéria logrou aprovação. Em seu parecer, o douto órgão colegiado considerou “*recomendável deixar explicitado no ECA que às sanções administrativas serão aplicadas as regras do direito administrativo*”.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

O pressuposto da juridicidade se acha igualmente preenchido, não sendo violados os princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa, todavia, merece ligeira correção para tornar-se adequada aos comandos da Lei Complementar n.º 95, de 1998, que, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Na verdade, a alteração proposta foi posicionada de forma errônea no texto, o que corrigiremos por meio de emenda de redação.

No tocante ao mérito, é nossa opinião que a matéria deve prosperar.

Comungamos, então, nesse tópico, com decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ – que já firmou o entendimento de que a prescrição das multas administrativas baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente somente deve ocorrer em cinco anos de sua aplicação. (REsp 820.364/RN, DJ de 11/4/2007, rel. Min. Eliana Calmon).

Tal decisão reformou acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN - que pretendia aplicar ao caso a regra contida no Código Penal (artigo 114, I), que prevê prazo prescricional de dois anos.

Seguindo o voto da Relatora, Ministra Eliana Calmon, o STJ, então, decidiu que, quando se trata de sanção administrativa, por não haver previsão legal expressa quanto à aplicação subsidiária da legislação penal, a multa imposta por força do artigo 258 do ECA deve seguir as regras de direito administrativo, não criminal.

Essa também é nossa posição sobre o tema, motivo pelo qual somos favoráveis à aprovação da proposição.

Isto posto, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, na forma da emenda que ora apresentamos, do Projeto de Lei n.º 5.431, de 2009, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em de junho de 2018.

Deputado LINCOLN PORTELA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 5.431, DE 2009**

Dispõe sobre a prescrição das multas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no art. 2º do projeto, a expressão “Art. 258–A” por “Art. 258–D”.

Sala das Sessões, em de junho de 2018.

Deputado LINCOLN PORTELA

Relator